

Reforço na negociação

A nomeação do embaixador Saraiva Guerreiro para ser o negociador de nossa dívida externa reascende a discussão sobre a conveniência ou não de se criar no Brasil um Ministério dos Negócios Exteriores.

Num momento delicado como agora, em que o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, se encontra numa reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial, o anúncio desta nomeação pode parecer um enfraquecimento da nossa autoridade negociadora. Mas não é o caso.

As posições de Saraiva Guerreiro são por demais conhecidas e se afirmaram antes mesmo da existência da Nova República, quando foi o chefe do Itamarati. Ele foi o inspirador do famoso discurso pronunciado pelo ex-presidente Figueiredo na ONU e que marcou de forma definitiva a posição brasileira. A nomeação de Saraiva Guerreiro não enfraquece a tese das negociações políticas de nossa dívida. Pelo contrário, a reforça. Todo um segmento importante se faz presente à negociação, através do antigo chanceler, que goza de estima e consideração de todo o mundo diplomático.

A presença de Saraiva Guerreiro nas negociações tem mais uma virtude: deixa nosso ministro da Fazenda abrigado de pressões externas, ao afastá-lo da primeira linha dos contatos diários com os credores. Muitos consideram isso a principal virtude da decisão do presidente Sarney.

A presença de um diplomata à frente de nossos negociadores reascende a tese da transformação do Ministério das Relações Exteriores em Ministério dos Negócios Exteriores. A solução pode encontrar partidários e despertar também resistências. A verdade é que todo o nosso corpo diplomático se encontra envolvido em nossos

negócios externos. Não só existem no Itamarati especialistas como também nossas embaixadas são assessoradas por (muitas vezes) competentes escritórios comerciais. Os resultados da ação destes escritórios não podem ser subestimados, pois muitos dos bons negócios que temos realizado no exterior decorrem de suas atividades.

Em nosso corpo diplomático muitos defendem a transferência das relações econômicas com os demais países para o âmbito da instituição a que servem. Têm argumentos ponderáveis neste sentido e sabem agir de forma a evitar atritos.

Uma das vantagens apresentadas para a execução desta mudança é a existência no Itamarati de um corpo de funcionários competentes e que gozam de uma estabilidade de atuação que ajudaria a colocar nossas relações externas ao abrigo das naturais oscilações políticas que costumamos viver.

A simples nomeação do chanceler Saraiva Guerreiro como embaixador especial para tratar da dívida externa não significa que a tese da ampliação das competências do Itamarati tenha vencido. Dá, entretanto, uma chance excepcional aos seus defensores. O êxito da missão do embaixador levaria reforços para os que pensam que esta seria uma boa solução.

Os rumores de que esta alternativa já estaria em estudo tem na decisão do presidente um fundamento talvez não cabal, mas de grande valia. Num momento em que se repensa toda a nossa estrutura administrativa, esta questão não pode ser eludida. Ela é do maior interesse e não pode resultar de um simples impulso de um administrador.